

Apoio ao desenvolvimento une

Se depender do que pensam sobre política econômica três influentes empresários fluminenses da Frente Liberal, o próximo Governo vai mesmo promover rapidamente o desenvolvimento econômico. Rapidamente, mas os momentos que eles definem são diferentes. Desses empresários, dois foram indicados para o Grupo de Assessoria Econômica, que se reunirá com o candidato Tancredo Neves, em Brasília, na terça-feira — são o ex-Ministro Hélio Beltrão e o presidente da Internacional de Engenharia, Sérgio Quintela.

O terceiro, é o ex-presidente do BNDES, Marcos Pereira Viana, que faz parte do grupo que se reúne semanalmente com os dirigentes da Frente Liberal, entre os quais o Vice-Presidente Aureliano Chaves, no Palácio Jaburu, em Brasília, para discutir economia. Dos três, Marcos Viana é o único que estabelece uma cronologia firme sobre os caminhos que o país deveria seguir. Ele acha que o novo Governo deveria dedicar os primeiros meses ao que ele chama de programa de estabilização da inflação. Mas combate à inflação, adverte ele, não quer dizer recessão. Ele também acha que a economia não suporta mais medidas recessivas.

Quando a inflação entrar num movimento de declínio — segundo ele, isso ocorreria a partir do quarto ou quinto mês — o Governo deveria renegociar a dívida externa. E, aí, sim, iniciar a retomada segura do desenvolvimento. Nessa fase, o novo Governo já teria alcançado integral credibilidade junto à população, condição que Marcos Viana acha fundamental para o sucesso da nova administração.

Num documento que elaborou para a Frente Liberal (foi entregue ao Vice-Presidente) ele fala em “início da retomada do processo de desenvolvimento quase imediatamente em seguida à posse do novo Governo”. Mas sugere primeiro “um programa de estabilização”, seguido da renegociação da dívida, para a qual tem também uma sugestão.

Sobre os principais fatores que permitem admitir a retomada ele alinha “o elevado grau de ociosidade em diversos setores de atividade econômica, inclusive e talvez especialmente nos segmentos capital-produto. Assim, a retomada do crescimento poderá ser ativada com investimentos concentrados nos setores altamente intensivos em mão-de-obra, que são exatamente aqueles compatíveis com uma estratégia de cunho redistributivista, para atendimento das mais agudas carências no plano social (saúde, habitação, alimentação, saneamento etc); além disso, como o valor agregado do investimen-

to necessário será reduzido, por força das grandes ociosidades nos setores capital-intensivos, parcela da renda nacional maior que a dos períodos recentes será orientada para o consumo”.

Ele indica também como fator para a retomada do desenvolvimento “a grande dimensão da “economia submersa”, cujo crescimento acelerou-se de maneira vertiginosa nos últimos dois anos, por força do clima de incerteza e da perda de credibilidade do Governo”.

No documento, ele faz outras sugestões, entre as quais sobre a forma de renegociar a dívida. A justificativa de porque ele dá importância a esse tema: “o caráter de emergência (o grifo é dele) que passou a ser emprestado às contas externas conduziu a um aumento de negligência em relação a outros problemas cruciais da sociedade brasileira, gerando tensões sociais que hoje se encontram próximas da ruptura”.

O novo Governo, assim, após quatro ou cinco meses em que se dedicaria ao “programa de estabilização”, deveria simplesmente participar aos credores externos a nova forma de pagamento da dívida. É a seguinte: “o Brasil aceita a manutenção das taxas de juros contratadas, mas somente será remetida a parcela correspondente à taxa real de juros (segundo ele, 6%), isto é, aquela que exceder à inflação do País cuja moeda denominar o contrato de financiamento, a parcela do juro nominal correspondente à inflação será creditada em cruzeiros, podendo ser investida livremente no Brasil, e repatriada para o país de origem após 20 anos de permanência no Brasil”. E ainda: “os prazos de amortização da dívida serão ajustados para compatibilizarem-se com uma remessa total de pagamentos para servi-la (principal e encargos) que não exceda a 25% da receita bruta das exportações”.

Marcos Viana assegura que se esta proposta for feita por um Governo legítimo e com credibilidade — “como será o do Dr. Tancredo” — tem tudo para ser aceita pelos credores externos.

Opção da sociedade

Para o empresário Sérgio Quintela, “a retomada do desenvolvimento é realmente uma opção da sociedade brasileira”. Segundo ele, a retomada deve ser o objetivo. Quintela assegura que a retomada permite o aumento do nível do emprego, propicia instrumentos para combater a inflação e reduz os desníveis regionais e de renda. Mas essa estratégia tem três condicionantes: a inflação, a política salarial e a dívida externa. E todo esse quadro seria embalado pelo pacto

social. “O pacto social é que pode tornar isso exequível”, assegura.

Ele trata o que chama de condicionantes ao crescimento (inflação, política salarial e dívida externa) no mesmo nível de igualdade, ou seja, sem prioridades. Condicionantes quer dizer que ele não propõe a retomada a qualquer custo. E explica: “ninguém de bom senso pode aceitar qualquer programa com risco de aumento da inflação”. E acha que a inflação pode ser controlada por “mecanismos que não sejam exclusivamente financeiros, como o aumento da eficiência produtiva”. Também: “Sem uma nova política salarial não é possível aumentar a demanda interna”. E ainda: “a reprogramação da dívida externa é um instrumento para a retomada do desenvolvimento”.

Quintela vê o futuro com tranquilidade. Ele acha, por exemplo, que não há necessidade nem mesmo de um plano de emergência. A própria renegociação da dívida (que ele chama de “reprogramação”) não precisa ser feita com apêndice. “Os dados que temos recebido indicam que o dr. Tancredo receberá a economia com vários problemas equacionados, de forma que ele não vai precisar dar tratamento emergencial à economia”.

Inflação e desenvolvimento

O ex-Ministro Hélio Beltrão acha que a retomada do desenvolvimento e a inflação andam juntas. Mas o ex-Ministro, na realidade, prefere falar menos de economia (como ficou claro no discurso que fez esta semana, durante a homenagem que recebeu da Firjan e da Associação Comercial). Ele avança nos assuntos institucionais e liga-os à economia e aos temas sociais e políticos. Para Beltrão, atualmente o maior problema brasileiro é a centralização do poder em Brasília.

Faz parte do que ele chama de sua “pregação” vincular as questões social, política e econômica (“minha visão de Brasil não é apenas econômica. A separação entre o econômico e o social é esquizofrenia. Essas duas questões devem também estar ligadas ao político”).

O mesmo raciocínio está presente no pensamento de Marcos Viana e Sérgio Quintela. Como Beltrão, a estratégia de ambos visa a acabar com os desníveis exagerados da renda, como ocorre atualmente, pôr um fim na miséria, e solucionar os problemas como saúde, alimentação, habitação no país.

RUI XAVIER

empresários da Frente

CAS

JORNAL DO BRASIL